



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

NOTA INTRODUTÓRIA

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, POICAL, designadamente no que respeita o ponto 8, seguidamente apresentam-se as notas às demonstrações financeiras, que respeitam a numeração sequencial definida pelo POICAL.

8.1.1 – IDENTIFICAÇÃO

A caracterização da entidade está incluída em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 12.

8.1.2 – LEGISLAÇÃO

A caracterização da entidade está incluída em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 12.

8.1.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA

A caracterização da entidade está incluída em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 12.

8.1.5 – RECURSOS – HUMANOS – IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO

A caracterização da entidade está incluída em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 12.

8.1.6 – ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A caracterização da entidade está incluída em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 12.

Todos os registos efectuados na contabilidade têm suporte documental, os quais são arquivados por ordem de classificação orgânica e económica, em pastas próprias de arquivo.

8.1.7 – OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

A caracterização da entidade está incluída em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 12.



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

8.2.1 - INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADOS E SEM PREJUÍZO DO LEGALMENTE ESTABELECIDO, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTES DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ACTIVO, PASSIVO E DOS RESULTADOS DA AUTARQUIA

Não aplicável.

8.2.2 - INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Este ponto conterà a indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como outros esclarecimentos que se julguem pertinentes.

Balanço

No que concerne ao Balanço, as disparidades mais significativas apuradas no ano em análise comparativamente com o ano transacto, resultam de diversos factores que iremos clarificar em seguida.

No início de cada conjunto de itens a justificar enunciaremos as contas a fundamentar.

Importa referir que, na sua grande maioria, os acréscimos verificados nas contas de imobilizado correspondem a aquisições registadas contabilisticamente mediante factura ou documento equivalente.

▫ Bens de Domínio Público

	A L ⁽¹⁾ 2007	-	AL ⁽¹⁾ 2006	+	AE ⁽²⁾ 2007	=	VJ ⁽³⁾
451 "Terrenos e recursos naturais"	3.078.257,19 €	-	1.680.633,38 €	+	0,00 €	=	1.397.623,81 €
453 "Outras construções e infraestruturas"	10.405.340,36 €	-	11.131.981,54 €	+	757.850,60 €	=	31.209,42 €
455 "Bens de património histórico, artístico e cultural"	410.973,99 €	-	413.821,88 €	+	2.847,89 €	=	0,00 €
459 "Outros bens de domínio público"	19.010,85 €	-	37.185,47 €	+	18.174,62 €	=	0,00 €
445 "Imobilizações em curso"	7.081.701,14 €	-	10.373.134,29 €	+	0,00 €	=	-3.291.433,15 €

⁽¹⁾ Activo Líquido

⁽²⁾ Amortização do exercício

⁽³⁾ Valor a justificar



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

No que respeita à conta 451 "Terrenos e Recursos Naturais" denota-se um aumento de **1.397.623,81€** (1.453.182,63€ - 55.558,82€), correspondendo 1.453.182,63€ a regularizações à data do balanço inicial, ou seja, bens cujo registo deveria ter tido lugar à data da elaboração deste, e 55.558,82€ diz respeito a desafecções de partes de terrenos para se proceder à constituição de lotes e/ou loteamentos.

Em suma, algebricamente o saldo inicial + regularizações – desafecções = saldo final (1.680.633,38€ + 1.453.482,63€ - 55.558,82€ = 3.078.257,19€). A Conta 453 "Outras construções e infraestruturas" evidencia um acréscimo efectivo de 31.209,42€ que corresponde à transferência de imobilizado em curso (da conta 44505 "Instalações desportivas e recreativas") para imobilizado corpóreo referente à reparação do Campo de Jogos do Casoto.

Importa salientar que, à excepção da conta 44505 "Instalações desportivas e recreativas", todas as outras contas sofreram um acréscimo justificado pela aquisição de bens e serviços imputáveis aos projectos correspondentes às referidas rubricas de capital. A significativa diminuição no que concerne à conta 44505 deve-se ao facto de se ter transferido para as respectivas contas de imobilizado corpóreo o correspondente à conta final da Piscina Municipal Carlos Manafaia (3.883.850,27€), bem como da conta final referente à pintura das bancadas do Estádio Municipal (19.461,76€) e, como já foi referido anteriormente, reparação do campo de Jogos do Casoto (31.209,42€).

▣ Imobilizações Incorpóreas

	A L ⁽¹⁾ 2007	-	AL ⁽¹⁾ 2006	+	AE ⁽²⁾ 2007	=	VJ ⁽³⁾
443 "Imobilizações em curso"	98.255,02 €	-	48.887,42 €	+	0,00 €	=	49.367,60 €

A conta 443 consubstanciou um aumento de 49.367,60€ resultante do protocolo celebrado entre o Instituto Superior Técnico e o Município de Sines no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal de Sines, que se prevê que seja concluído durante o exercício de 2008.

⁽¹⁾ Activo Líquido

⁽²⁾ Amortização do exercício

⁽³⁾ Valor a justificar



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

▣ Imobilizações Corpóreas

	A L ⁽¹⁾ 2007	-	AL ⁽²⁾ 2006	+	AE ⁽³⁾ 2007	=	VJ ⁽³⁾
421 "Terrenos e recursos naturais"	10.477.491,12 €	-	9.363.958,82 €	+	0,00 €	=	1.113.532,30 €
422 "Edifícios e outras construções"	16.001.357,01 €	-	4.852.482,64 €	+	97.440,85 €	=	11.246.315,22 €
423 "Equipamento básico"	2.052.983,24 €	-	2.270.460,57 €	+	579.519,21 €	=	362.041,88 €
424 "Equipamento de transporte"	723.531,45 €	-	855.055,04 €	+	150.030,25 €	=	18.506,66 €
425 "Ferramentas e utensílios"	40.985,78 €	-	42.233,25 €	+	12.509,87 €	=	11.262,40 €
426 "Equipamento administrativo"	196.329,93 €	-	209.027,71 €	+	40.654,11 €	=	27.956,33 €
429 "Outras imobilizações corpóreas"	226.811,78 €	-	234.596,77 €	+	22.188,87 €	=	14.403,88 €
442 "Imobilizações em curso"	9.055.849,91 €	-	8.937.569,03 €	+	0,00 €	=	118.280,88 €

A conta 421 apresenta um acréscimo na ordem dos 1.113.532,30€, justificada por diversos movimentos efectuados ao longo de exercício de 2007, a saber:

• Desafecções	852.800,41€
• Aumento de imobilizado (regularizações à data do balanço inicial)	65.852,84€
• Permutas	310.771,75€
• Compra de terreno	6.496,53€
• Regularizações	700,98€
• Abate de imobilizado	-5.490,72€
• Alienação de imobilizado	-117.599,49€
TOTAL	1.113.532,30€

A rubrica 4221 "Edifícios" evidencia essencialmente dois registos de imobilizado, a saber, os 124 fogos do bairro da floresta (7.331.880,81€) e a conta final referentes à Piscina Municipal Carlos Manafaia (3.883.850,27€). Por sua vez, a conta 4222 "Outras construções" contempla o registo da grande reparação do Edifício Técnico (44.535,39€), bem como as beneficiações ao Parque de Campismo de Sines (20.118,89€), e a pintura das bancadas do estádio Municipal de Sines (19.461,76€).

A conta 424 aumentou 18.506,66€ devido à aquisição a título oneroso de uma viatura.

A conta 429 acumulou 14.403,88€, em que 8.536,62€ dizem respeito a doações em que o Município foi beneficiário, sendo que 2.500,00€ correspondem a uma piano e 6.036,62€ respeitam a uma estátua.

⁽¹⁾ Activo Líquido

⁽²⁾ Amortização do exercício

⁽³⁾ Valor a justificar



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

Relativamente à conta 442, embora o seu saldo reflecta um aumento de 118.280,88€, importa salientar que foi transferida a verba de 64.654,28€ da conta 4421 “Imobilizações em curso – Instalações de Serviços” para a conta 4222 “Imobilizações corpóreas - Outras construções”, referente a uma grande reparação efectuada no edifício técnico (44.535,39€) e outra efectuada no Parque de Campismo de Sines (20.118,89€). Foi também objecto de transferência a verba destinada a uma reparação à Escola Primária nº1 de Sines da conta 4425 “Imobilizações em curso – Escolas” para a conta 4221 “Imobilizações corpóreas – Edifícios” (5.131,49€).

▣ Investimentos Financeiros

	A L ⁽¹⁾ 2007	-	AL ⁽¹⁾ 2006	+	AE ⁽²⁾ 2007	=	VJ ⁽³⁾
411 "Partes de capital"	53.660,49 €	-	23.660,49 €	+		=	30.000,00 €
414 "Investimentos em imóveis"	27.999,93 €	-	28.366,62 €	+	366,69 €	=	0,00 €

Aos 3 de Novembro de 2006 foi aprovada em reunião de Câmara a participação de 30.000,00€ para constituição do património associativo da Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica, associação de direito privado sem fins lucrativos.

▣ Circulante – Existências

	A L ⁽¹⁾ 2007	-	AL ⁽¹⁾ 2006	+	AE ⁽²⁾ 2007	=	VJ ⁽³⁾
36 "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo"	299.806,33 €	-	195.456,20 €	+	0,00 €	=	104.350,13 €

O valor de stocks em armazém e os resultados apurados só são determinados através da contagem física dos produtos em armazém, efectuadas periodicamente. No final do exercício, transfere-se o saldo da conta 31 “compras” para a adequada conta de existências e salda-se esta em contrapartida da conta 61 “custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”, com vista ao apuramento dos resultados finais.

Tendo em consideração que, no ano transacto, tal como consta no anexo às demonstrações financeiras de 2006, não foi possível proceder às respectivas operações a fim de se efectuar o apuramento mencionado anteriormente, no exercício em análise, procedeu-se às devidas regularizações, através da fórmula:

$$\text{Custo das Mercadorias Vendidas} = \text{Existências Iniciais (EI)} + \text{Compras (C)} + / - \text{Regularização Existências (RE) - Existências Finais (EF)}$$

⁽¹⁾ Activo Líquido

⁽²⁾ Amortização do exercício

⁽³⁾ Valor a justificar



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

EI = Saldo da conta 36 "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo"	195.456,20€
C = Saldo da conta 3161 "Compras – Matérias Primas"	117.897,20€
R = Saldo da conta 38 "Regularização de existências"	450.734,24€
EF = Existências em armazém (contagem física)	<u>-299.806,33€</u>
<u>Custo das mercadorias vendidas</u> ⁽⁴⁾	464.281,80€

▪ **Acréscimos e Diferimentos**

	A L ⁽¹⁾ 2007	-	AL ⁽¹⁾ 2006	+	AE ⁽²⁾ 2007	=	VJ ⁽³⁾
271 "Acréscimos de proveitos"	194.049,15 €	-	0,00 €	+	0,00 €	=	194.049,15 €
272 "Custos diferidos"	42.783,95 €	-	40.519,47 €	+	0,00 €	=	2.264,48 €

Relativamente à rubrica 271, importa referir que foi objecto de registo o correspondente a proveitos reconhecidos no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só se venha a obter em exercícios posteriores, neste caso a receita entrou nos cofres do Município em Janeiro de 2008, a saber, Imposto Municipal sobre Imóveis (77.280,21€), Imposto Único de Circulação (420,00€), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (89.969,33€), Contribuição Autárquica (9.311,18€), Imposto Municipal de Sisa (16.377,20€) e Imposto Municipal Sobre Veículos (691,23€), totalizando 194.049,15€.

No que concerne à conta 272, tal como tem acontecido em anos anteriores foram consideradas as despesas ocorridas no exercício de 2007 cujo custo dever ser considerado no exercício de 2008, a saber, seguros (41.349,73€) e rendas (1.434,32€), perfazendo os 40.519,47€.

	2007	-	2006	=	VJ ⁽³⁾
273 "Acréscimos de custos"	872.919,76 €	-	797.518,10 €	=	75.401,66 €
274 "Proveitos diferidos"	12.652.227,60 €	-	8.793.764,29 €	=	3.858.463,31 €

À semelhança do que tem vindo a suceder em anos anteriores, a conta 273 acolhe os custos a reconhecer no exercício de 2007, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício posterior, como é o caso dos subsídios de férias e mês de férias do ano seguinte e respectivos encargos (691.934,01€), os emolumentos a serem cobrados pelo Tribunal de contas pela verificação das contas das autarquias locais (100.083,00€), encargos da entidade relativos à Caixa Geral de Aposentações (37.315,56€), bem como à Segurança Social (20.364,03€), juros do empréstimo de médio e longo prazo (957,63€), horas extraordinárias (22.265,53€), totalizando 872.919,76€.

⁽¹⁾ Activo Líquido

⁽²⁾ Amortização do exercício

⁽³⁾ Valor a justificar

⁽⁴⁾ Vide ponto 8.2.29 dos documentos da Prestação de Contas



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

A conta 274 apresenta um acréscimo significativo de 3.858.463,31€ devido essencialmente a comparticipações financeiras por parte de diversas entidades, a saber, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para a aquisição e infra-estruturação de terrenos dos 124 fogos, no valor de 2.932.752,32€, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo para a pavimentação do caminho municipal da Colmeia – 1º e 2º troço no montante de 212.918,40€, e ainda do POC – Programa Operacional da Cultura no montante de 552.916,63€ destinado a participar a empreitada de Reparação e adaptação do Castelo de Sines.

▫ Dívidas a terceiros – Médios e longo prazo

No que concerne às dívidas a instituições de crédito verificou-se um acréscimo substancial comparativamente com o ano transacto. Este aumento deve-se à contratação de dois empréstimos destinados à aquisição de habitação social totalizando 4.399.128,49€.

▫ Dívidas a terceiros – Curto prazo

Destacou-se um decréscimo no valor de 85.354,04€ na conta 228 “Fornecedores – Facturação em recepção e conferência” devido à anulação da dívida à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, debitando a conta 228 em contrapartida da conta 7973 “Proveitos e ganhos extraordinários – Correções relativas a anos anteriores”.

No decorrer do exercício de 2007 houve uma grande preocupação em diminuir as dívidas a terceiros de curto prazo, designadamente as dívidas a fornecedores de imobilizado c/c bem como a outros credores. Os outros credores reflectem os pagamentos efectuados a entidades factor como também contemplam uma diminuição bastante significativa relativa à dívida à ADSE (1.222.707,34€) que foi objecto de anulação.

Demonstração de Resultados

Importa salientar que, no que respeita a custos e perdas consubstanciou-se um aumento relativamente ao ano transacto na ordem dos 4.119.625,37€, no entanto os proveitos e ganhos também evidenciaram um acréscimo de 6.078.996,09€.

De notar ainda que, como anteriormente foi referido, tanto relativamente às provisões constituídas, patente na conta 67 “Provisões do exercício” bem como às correções relativas a anos anteriores considerado na conta 79 “Proveitos e ganhos extraordinários”, foi considerada a verba referente à anulação da dívida à ADSE (1.222.707,34€), pelo que não consubstancia relevância quanto ao resultado líquido obtido.



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

Relativamente às rubricas de custos e perdas, a demonstração de resultados evidencia aumentos mais expressivos nas contas, 67 “provisões do exercício” (1.751.847,82€) justificado anteriormente no ponto 8.2.22 – DÍVIDAS DE TERCEIROS – COBRANÇA DUVIDOSA, 6972 “Correcções relativas a anos anteriores” (400.858,38€) que respeita a correcções efectuadas no âmbito de direitos a receber considerados em anos anteriores indevidamente.

No que concerne aos proveitos e ganhos, evidencia-se relativamente ao ano transacto, aumentos bastante significativos, nomeadamente na conta 721 “Impostos directos”, especificamente no que respeita a imposto municipal sobre transmissão onerosas de imóveis que sofreu um acréscimo de 1.480.203,17€ e a derrama que apresenta um aumento de 1.387.788,73€. A conta 7942 “Ganhos em imobilizações corpóreas” demonstra um acréscimo na ordem dos 1.085.049,24€.

Face ao exposto, justifica-se o resultado líquido do exercício apresentar um valor muito díspar do apurado no ano transacto, consubstanciando-se em 2.559.513,99€, pelo que será transferido para a conta 59 “Resultados Transitados” o valor de 2.431.538,29€ e constituiremos um reforço da conta 571 “Reservas legais” no montante de 127.975,70€ (correspondente a 5% do resultado líquido apurado) no início do exercício de 2008, sendo que, a proposta fundamentada a apresentar ao órgão deliberativo relativo à distribuição do mesmo encontra-se patente no relatório de gestão.

8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

IMOBILIZADO

- Os Imóveis são valorizados pelo custo de aquisição ou pelo custo de produção. Quando os respectivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período;
- Os bens de domínio público estão incluídos no activo imobilizado do Município. A valorização destes bens é feita, sempre que possível, ao custo de produção ou ao custo de aquisição;
- O imobilizado adquirido a título gratuito, considerou-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens;
- Os bens de imobilizado não são susceptíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respectivos critérios de valorização.
- Os imóveis registados em sede de Balanço Inicial foram valorizados de acordo com os valores patrimoniais constantes das respectivas cadernetas prediais.

EXISTÊNCIAS

- Os critérios valorimétricos das existências são os do custo de aquisição.



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

- As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

AMORTIZAÇÕES

- As amortizações têm por fim registar a perda de valor de um bem ou repartir o seu custo pelos exercícios abrangidos pela sua vida útil;
- O método de amortizações utilizado é o das quotas constantes;
- A quota anual de amortização determina-se aplicando aos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas no classificador geral anexo à Portaria n.º671/2000, publicada no D.R. n.º91, II série, de 17/04/2000, que aprovou as instruções regulamentadas do cadastro e inventário dos bens do Estado (CIBE), os bens móveis, imóveis e viaturas do activo imobilizado.

PROVISÕES

- As provisões respeitam apenas a situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, sendo que a sua importância não ultrapassa as necessidades.

8.2.4 – COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM MOEDA PORTUGUESA DAS OPERAÇÕES REGISTADAS EM CONTAS INCLUÍDAS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ORIGINARIAMENTE EXPRESSAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Não aplicável.

8.2.5 – SITUAÇÕES EM QUE O RESULTADO LÍQUIDO FOI AFECTADO: POR VALORIMETRIAS DIFERENTES DAS PREVISTAS NOS CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA, POR AMORTIZAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO SUPERIORES ÀS ADEQUADAS OU POR PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES AO ACTIVO

Não aplicável.

8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 431 “DESPESAS DE INSTALAÇÃO” E 432 “DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO”

8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

O mapa do activo bruto e das amortizações e provisões estão incluídos em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 13.1.



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

8.2.8 – CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ATRÁS REFERIDOS DEVERÁ SER DESAGREGADA DE MODO QUE SEJA EVIDENCIADA A DESCRIÇÃO DO ACTIVO IMOBILIZADO, INDICAÇÃO DOS VALORES DOS BENS ADQUIRIDOS EM ESTADO DE USO , DATAS DE AQUISIÇÃO E DE REAVALIAÇÃO, VALORES DE AQUISIÇÃO, TAXAS DE AMORTIZAÇÃO, AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO E ACUMULADAS, ALIENAÇÕES, TRANSFERÊNCIAS E ABATES DE ELEMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO NO EXERCÍCIO E OS VALORES LÍQUIDOS DOS ELEMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

O mapa síntese de bens inventariados está incluído em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 13.3.

8.2.9 – CUSTOS INCORRIDOS NO EXERCÍCIO E RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO

Não aplicável.

8.2.10 – INDICAÇÃO DOS DIPLOMAS LEGAIS NOS TERMOS DOS QUAIS SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO

Não aplicável.

8.2.11 – ELABORAÇÃO DE UM QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES

Não aplicável.

8.2.12 – INDICAR O VALOR GLOBAL RELATIVAMENTE ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO, POR CADA UMA DAS CONTAS DE IMOBILIZAÇÕES EM PODER DE TERCEIROS, INCLUÍDO BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO CEDIDOS POR CONTRATO POR CONCESSÃO, IMOBILIZAÇÕES IMPLANTADAS EM PROPRIEDADE ALHEIA, IMOBILIZAÇÕES REVERSÍVEIS BEM COMO A DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS FINANCEIROS NELAS CAPITALIZADOS, RESPEITANTES AO EXERCÍCIO E ACUMULADOS

Não aplicável.

8.2.13 – BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – VALORES CONTABILÍSTICOS

Os bens adquiridos em regime de locação financeira encontram-se reconhecidos em sede de Balanço, nomeadamente em rubricas de imobilizações Corpóreas, sendo que, no final do contrato, o Município pretende exercer o direito de compra.



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

Os referidos bens apresentam os seguintes valores contabilísticos:

(Em euros)

DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
4221 – Edifícios	675.529,28	33.513,17	642.016,11
423 – Equipamento Básico	358.558,21	165.424,43	193.133,78
424 – Equipamento de Transporte	1.166.284,44	504.854,51	661.429,93
	2.200.371,93	703.792,11	1.496.579,82

8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DESSA IMPOSSIBILIDADE

Não aplicável.

8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJECTO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

Não aplicável.

8.2.16 – DESIGNAÇÃO E SEDE DAS ENTIDADES PARTICIPADAS, COM INDICAÇÃO DA PARCELA DETIDA, BEM COMO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS OU EQUIVALENTE E DO RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO EM CADA UMA DESSAS ENTIDADES, COM MENÇÃO DESSE EXERCÍCIO

O mapa das participações financeiras está incluído em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 13.5.

8.2.17 – OS ELEMENTOS INCLUÍDOS NAS CONTAS “TÍTULOS NEGOCIÁVEIS” E “OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA”, COM INDICAÇÃO, DA NATUREZA, ENTIDADES, QUANTIDADES E VALORES DE BALANÇO

Não aplicável.

8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA “OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS”, COM INDICAÇÃO, DA NATUREZA, ENTIDADES, QUANTIDADES, VALORES NOMINAIS E VALORES DE BALANÇO

Não aplicável.



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

8.2.19 – INDICAÇÃO GLOBAL, POR CATEGORIAS DE BENS, DAS DIFERENÇAS, MATERIALMENTE RELEVANTES, ENTRE OS CUSTOS DOS ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE, CALCULADOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADAPTADOS, E AS QUANTIAS CORRESPONDENTES AOS RESPECTIVOS PREÇOS DE MERCADO

Não aplicável.

8.2.20 – FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Não aplicável.

8.2.21 – INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE RELATIVAMENTE AOS QUAIS, FACE A UMA ANÁLISE COMERCIAL RAZOÁVEL, SE PREVEJAM DESCIDAS ESTÁVEIS PROVENIENTES DE FLUTUAÇÕES DE VALOR

Não aplicável.

8.2.22 – DÍVIDAS DE TERCEIROS – COBRANÇA DUVIDOSA

Tendo em consideração que a constituição ou reforço de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos incobráveis, não devendo a sua importância ser superior às necessidades, para efeitos de constituição ou reforço de uma provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 12 meses.

Face ao descrito, e de acordo com o Balanço à tesouraria de 28-12-2007, verificou-se que o valor correspondente à conta 21811 – “Clientes de cobrança duvidosa – Taxa de conservação de esgotos” apresenta um decréscimo de 5.363,24€, em relação ao ano transacto, o que significa que se efectuou a anulação da provisão anteriormente constituída no valor da redução. O registo contabilístico efectuado consubstancia-se no débito da conta 2911 – “Provisões para cobranças duvidosas” em contrapartida da conta 7962 – “Reduções de amortizações e provisões – Provisões”, no valor de 5.363,24€.

Importa salientar que, devido à extinção da Secção de Taxas e Licenças foi possível fazer um apuramento mais fidedigno relativamente aos valores em dívida de clientes em mora há mais de 12 meses, sendo que, foi possível aferir valores passíveis de se proceder às respectivas provisões para cobrança duvidosa relativas a ocupação da via pública (9.988,66€), publicidade (15.990,18€), saneamento (30.311,14€), mercados e feiras (25.656,28€), bens inutilizados (527,79€), aluguer de espaços e equipamentos (3.544,50€), resíduos sólidos (1.355,90€), trabalhos por conta de particulares (811,60€), rendas (455.292,94€) e outros (3.852,79€), totalizando 547.331,78€.

Face ao anteriormente descrito, com a informação prestada pelos diversos serviços emissores de guias de receita, nomeadamente no que respeita aos direitos a receber calculados até Dezembro de 2006, procedeu-se à transferência da conta 21 – “Clientes, contribuintes e utentes” para a conta 218 – “Clientes



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

de cobrança duvidosa” no valor de 547.331,78€. Seguidamente, constituiu-se uma provisão procedendo à movimentação a débito da conta 671 – “Provisões do exercício – Para cobranças duvidosas” em contrapartida da conta 291 – “Provisões para cobranças duvidosas”, no mesmo montante.

A conta 218 “Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo inicial de 99.725,34€, foi reduzida a provisão em 5.363,24€ e foram constituídas outras no valor de 547.331,78€, resultando um saldo final de 641.693,88€, em consonância com o apresentado em sede de balanço bem como em sede de documentos de prestação de contas no ponto 8.2.22 – “Dívidas de terceiros – Cobrança duvidosa”.

Foi ainda constituída uma provisão para riscos e encargos para fazer face às prováveis responsabilidades que poderão advir relativamente ao processo de anulação da dívida à ADSE no valor de 1.222.707,34€, movimentando-se a débito para o efeito a conta 6729 – “Provisões do exercício – Para riscos e encargos – Outros riscos e encargos” por contrapartida da conta 2928 - “Provisões – Para riscos e encargos – Outros riscos e encargos”, tal como está contemplado no balanço.

O mapa da prestação de contas referente ao ponto 8.2.27 – “Desdobramento das contas de provisões acumuladas” ilustra convenientemente as situações anteriormente descritas.

De referir ainda que, a conta 67 – “Provisões do exercício” apresentada em sede de demonstração de resultados consubstancia um saldo de 1.770.039,12€, correspondendo ao somatório das provisões constituídas no exercício em análise.

8.2.23 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA LOCAL

Não aplicável.

8.2.24 – QUANTIDADE E VALOR NOMINAL DE OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS EMITIDOS PELA ENTIDADE, COM INDICAÇÃO DOS DIREITOS QUE CONFEREM

Não aplicável.

8.2.25 – DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS INCLUÍDAS NA CONTA “ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS” EM SITUAÇÃO DE MORA

As dívidas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” não estão em situação de mora.

8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA

O mapa das garantias e cauções está incluído em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 13.8.



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS EXPLICITANDO OS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

O mapa das provisões para cobrança duvidosa está incluído em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 13.9.

8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 “FUNDO PATRIMONIAL”

A conta 51 “Património” sofreu um acréscimo na ordem dos 1.584.171,02€ devido a regularizações pela introdução de novos elementos no activo e passivo que deveriam ter sido objecto de registo à data do balanço inicial, pelo imobilizado bruto em consonância com o previsto nos critérios de valorimetria do POCAL, ou seja, o valor de aquisição, produção ou avaliação.

A conta 576 “Doações” apresenta também um aumento de 8.536,62€, que se traduz em 2 doações em que o Município foi beneficiário, um piano vertical e uma estátua, no valor de 2.500,00€ e 6.036,62€, que foram aceites em reunião de Câmara de 06-09-2007 e 15-02-2007, respectivamente, de acordo com o disposto na alínea h do nº1 do artigo 64º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro que estabelece que é da competência da Câmara Municipal aceitar doações.

De acordo com o disposto em sede de POCAL a conta “59 – Resultados Transitados” acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior. Excepcionalmente, esta conta também poderá registar regularizações não frequentes e de grande significado que devam afectar, positiva ou negativamente, o património e não o resultado líquido do exercício. A Comissão de Normalização Contabilística emitiu a directriz contabilística n.º8, referindo que deve incluir erros detectados no período corrente, referentes a exercícios anteriores e de valores significativos. Durante o exercício de 2007 detectaram-se diversas situações passíveis de se enquadrarem nas descritas anteriormente.

Face ao descrito, a conta 59 sofreu os seguintes movimentos durante o ano de 2007:

	Débito	Crédito
- Saldo Inicial	117.746,75€;	
- Transição de Resultados (2006)		600.143,27€
- Anulação de dívida de cliente		85.354,04€
- Regularização de Existências		450.734,24€
- SALDO FINAL		1.018.484,80€

8.2.29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O mapa do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas está incluído em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 13.10.



Câmara Municipal de Sines

Anexos às Demonstrações Financeiras

8.2.30 – DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Não aplicável.

8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

O mapa da demonstração de resultados financeiros está incluído em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 13.11.

8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

O mapa da demonstração de resultados extraordinários está incluído em sede de documentos de prestação de contas, designadamente no Anexo I - ponto 13.12.